

A representação iconográfica da cidadania na história política do Brasil no final do século XX

La representación iconográfica de la ciudadanía en la historia política de Brasil en el final del siglo XX
The iconographic representation of citizens in Brazil's political history in the late twentieth century

– Rozinaldo Antonio Miani

SOBRE O AUTOR >

ROZINALDO ANTONIO MIANI >
Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista (Unesp).

Professor do Programa de Mestrado em Comunicação da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

E-mail: mianirozinaldo@gmail.com

RESUMO > RESUMEN > ABSTRACT >

Desde o início da década de 1990 a história política brasileira vem sendo marcada pelo discurso da cidadania. Trata-se, porém, de uma cidadania precária e intrínseca à ordem do capital e que expressa os processos de disputa de hegemonias no seio da sociedade brasileira. O humor gráfico, especialmente a charge, retratou as contradições e ambigüidades derivadas do referido discurso da cidadania. Neste artigo, selecionamos algumas charges com o objetivo de analisar criticamente a construção ideológica em torno de determinados temas que pautaram as lutas por cidadania no Brasil durante a década de 1990.

Palavras-chave: Cidadania, charge, história política brasileira, década de 1990.

Desde principios de la década de 1990 la historia política brasileña ha estado marcada por el discurso de la ciudadanía. Es, sin embargo, una ciudadanía precaria e intrínseco a la orden del capital y que expresa el proceso de disputa de hegemonías dentro de la sociedad brasileña. El humor gráfico, especialmente la charge, retrata las contradicciones y ambigüidades que surgen del discurso por encima de la ciudadanía. En este artículo, hemos seleccionado algunas charges con el fin de analizar críticamente la construcción ideológica en torno a ciertos temas que guiaron las luchas por la ciudadanía en Brasil durante la década de 1990.

Palavras clave: Ciudadanía, charge, la historia política brasileña, década de 1990.

Since the early 1990s the Brazilian political history has been marked by the speech of citizenship. It is, however, a precarious citizenship and intrinsic to the order of capital and expressing the dispute process for hegemony within the Brazilian society. The graphic humor, especially the charge, portrayed the contradictions and ambiguities arising from the above discourse of citizenship. In this article, we selected some charges in order to critically analyze the ideological construction around certain themes that guided the struggles for citizenship in Brazil during the 1990s.

Keywords: Citizenship, charge, brazilian political history, 1990s.

A representação iconográfica da cidadania na história política do Brasil no final do século XX

A ditadura civil-militar que vigorou no Brasil de 1964 a 1985 deixou marcas profundas na história política do país que até hoje ainda assombram a nossa sociedade. No entanto, desde a promulgação da Constituição de 1988, as forças políticas que passaram a governar o país vêm instituindo novos parâmetros (legais e culturais) com o objetivo de consolidar e organizar a sociedade em supostas bases democráticas.

Sem pretender polemizar as escolhas e os respectivos impactos dos rumos traçados na ordem econômica, política e social, a partir da redemocratização no Brasil, por parte da população brasileira e seus governos eleitos, queremos tão somente observar como se deu, ao longo da última década do século XX, a emergência e a consolidação de um discurso da cidadania, por meio da análise de charges produzidas na imprensa brasileira a respeito de alguns episódios da nossa história política.

Para atingir os objetivos propostos, faremos inicialmente uma breve reflexão sobre cidadania, apresentando algumas possibilidades conceituais e suas respectivas limitações, tomando como ponto de partida o reconhecimento de que se trata de um conceito polissêmico e dotado de um “capital simbólico” ambivalente. Em seguida, faremos uma demarcação da história política brasileira no final do século passado, identificando alguns momentos e/ou episódios merecedores de destaque para uma compreensão do processo de construção de um discurso da cidadania, ao mesmo tempo em que procederemos à análise de algumas charges extraídas de jornais da imprensa burguesa e da imprensa popular e alternativa, ou ainda, selecionadas de coletâneas de charges publicadas ao longo das últimas décadas.

CIDADANIA UM CONCEITO E SEUS MÚLTIPLOS SENTIDOS

Que as palavras são signos ideológicos e, como tal, refletem e refratam a realidade, o estudioso russo Mikhail Bakhtin (1997) já havia nos apontado desde a primeira metade do século XX. Em seus estudos sobre a filosofia da linguagem, Bakhtin asseverou que a palavra é o “fenômeno ideológico por excelência” e que ela “funciona como elemento essencial que acompanha toda criação ideológica, seja ela qual for” (Bakhtin, 1997, p. 38-39). Nessa perspectiva, cada palavra carrega consigo as tensões da luta social e, nas palavras de Bakhtin, “o signo se torna a arena onde se desenvolve a luta de classes” (Bakhtin, 1997, p. 46).

Este preâmbulo se faz necessário para que possamos conduzir nossas análises propostas para este artigo da forma mais coerente possível, de modo a apontar as ambivalências no discurso da cidadania. O reconhecimento da pluralidade social de todo signo nos leva a considerar que a palavra “cidadania” expressa múltiplos sentidos dependendo da posição sociopolítica e econômica ocupada pelo enunciador, no caso desta reflexão os conglomerados midiáticos ou as organizações políticas da sociedade civil, responsáveis pela veiculação da produção iconográfica a ser analisada.

Não é objetivo desse artigo uma discussão aprofundada sobre o conceito de cidadania. A intenção aqui é apenas demarcar nossa posição ideológica sobre o sentido de cidadania na “arena política” e, a partir de uma opção estratégica, estabelecer uma delimitação conceitual para a realização de nossas análises.

Nesse sentido, não cabe, para o nosso propósito, realizar uma genealogia (nem etimologia) da palavra “cidadania”. Os sentidos do termo cidadania em outros tempos históricos (Grécia Antiga, por exemplo) não são compatíveis em nossos tempos, pois as sociedades se alteraram significativamente e os processos sociais que produziram tais sentidos não correspondem mais ao contexto atual. Portanto, partimos de um contexto contemporâneo para refletir sobre as possibilidades conceituais de cidadania, qual seja, da emergência do capitalismo e, mais especificamente, do liberalismo. Mesmo com tal delimitação histórica, partimos do pressuposto de que cidadania é um conceito polissêmico.

Suas várias significações, resultantes dos processos de interação social, conduzem para uma multiplicidade de possibilidades conceituais que operam de formas complementares, diferentes, divergentes e mesmo antagônicas.

De nossa parte, comungamos inicialmente da perspectiva apresentada por Décio Saes que atribui ao tema da cidadania uma condição de “mito”. Para o referido autor, os mitos são “idéias dotadas de um tal impacto emocional que chegam ao ponto de provocar a paralisia do pensamento” (Saes, 2003, p. 9). Saes apresenta uma reflexão combinada para os temas da globalização e da cidadania e sobre eles afirma que: “a forma como são difundidos junto à opinião pública produz um impacto avassalador, que leva os membros da sociedade a uma aceitação acrítica dos processos sociais recobertos por essas expressões” (Saes, 2003, p. 9).

Para evitar um aniquilamento dos limites que o discurso da cidadania contém, os processos e as práticas sociais expressos pelo termo “cidadania” devem ser compreendidos num contexto sociopolítico e ideológico mais amplo. A esse respeito, Ivo Tonet afirma que “a cidadania moderna é inseparável da entificação da sociabilidade capitalista” (Tonet, 2012, p. 3). Para o autor, as lutas por cidadania estão restritas ao âmbito jurídico-político e, mais do que isso, circunscritas aos processos políticos determinados pela ordem do capital.

A cidadania funciona, assim, como uma eficiente estratégia política e discursiva para favorecer o estabelecimento de certa consensualidade entre os diversos interesses dos grupos e das classes sociais, conquistada por meio do estabelecimento de negociações paritárias, amortizando e ocultando as reais contradições e antagonismos que fundamentam a sociedade capitalista. Ao assumirmos essa perspectiva para o debate do tema da cidadania, situamos nossa compreensão no âmbito de uma disputa ideológica, mais especificamente, uma disputa pelo sentido da palavra “cidadania”.

No entanto, qualquer que seja o contexto discursivo em que apareça, a palavra “cidadania” tende a provocar uma aceitação imediata por parte do receptor e, no mais das vezes, de forma acrítica. Apesar disso, reconhecemos que a palavra cidadania goza de uma credibilidade social e de um capital simbólico positivo do qual não se pode negligenciar, muito menos negar. A sua simples presença num determinado contexto discursivo atribui ao enunciador uma confiabilidade que o credencia a colocar-se como um sujeito dotado de méritos, mesmo que sua condição política ou a lógica de seu discurso o desqualifique como merecedor de tal fé pública.

O fato de assumirmos ideologicamente uma compreensão para o conceito de cidadania não nos autoriza nem permite que o tomemos como a base exclusiva para a construção do conceito, até porque isso é prerrogativa dos próprios sujeitos em seus múltiplos e distintos processos de interação verbal. Ao contrário dessa postura, é necessário que reconheçamos os limites (políticos e sociais) do sentido atribuído ao termo no contexto político-ideológico da disputa de sentidos da palavra. Além disso, não consideramos o tema da cidadania de todo estéril, nem mesmo desqualificamos os processos e práticas sociais identificados como lutas por cidadania.

Em concordância com Tonet, reconhecemos a importância no contexto da sociedade brasileira de todo o esforço, das mais diversas forças sociais, em aprofundar as lutas por cidadania; apenas admitimos que se trata de lutas com flagrantes e intrínsecos limites políticos e que a tão almejada cidadania não compreende a plenitude do que se pretende por emancipação humana. Ivo Tonet assim conclui uma de suas mais produtivas reflexões sobre a questão da cidadania:

Nosso objetivo, ao criticar a cidadania e a luta a ela relacionada, não era, de modo nenhum, o de desqualificá-la como algo sem importância e descartável ou como uma luta intrinsecamente burguesa e reformista. O que nos importava eram duas coisas. A primeira, era desfazer uma confusão, nada inocente, que pervade, hoje, a discussão dessa questão. A confusão se instaura no momento em que se utiliza o conceito de cidadania como um sinônimo de liberdade *tout court*. Quisemos deixar claro que, para nós, cidadania é liberdade, sim, mas uma forma histórica, particular da liberdade, aquela possível sob a regência do capital. A segunda, era combater a idéia de que a luta pela cidadania tem, independente da sua conexão com os outros momentos da luta social, um caráter revolucionário ou, pior ainda, de que é o horizonte máximo para a humanidade (Tonet, 2012, p. 8).

Quando passamos a explicitar quais são os processos e as práticas sociais identificados com a cidadania, invariavelmente associamos ao exercício de direitos e deveres, sempre pensados como necessidades fundamentais para o indivíduo na busca por sua liberdade. Isso se deve ao sentido hegemônico do conceito, ou seja, à ideia predominante embutida no conceito, disseminada pelos sujeitos políticos e também pela maioria dos pesquisadores do assunto.

Com o desdobramento, quando se relaciona a cidadania a direitos e deveres, quase que invariavelmente se vislumbra uma condição propositiva favorável ao indivíduo; raramente se coloca em questão os limites de tais direitos e deveres, ou seja, quem estabeleceu tais limites e quem está sendo beneficiado com eles (e aqui está um dos pontos nevrálgicos da acriticidade a que fizemos referência anteriormente).

Apesar dessa hegemonia no sentido atribuído à cidadania, outras possibilidades conceituais também se apresentam. A pluralidade sónica do termo cidadania (e com ela as suas intrínsecas limitações e contradições) se reflete, entre outras coisas, nos verbos que antecedem o seu uso. Afinal, do que se trata quando falamos em cidadania? Trata-se de construir, consolidar, garantir, cumprir, defender, ampliar ou exercer cidadania? Para cada verbo empregado, o contexto e as conformações de cidadania se alteram.

O fato é que, os fenômenos que são explicados pela palavra “cidadania” vão desde realidades sociopolíticas simples e cotidianas até complexas operações analíticas históricas de cunho eminentemente ideológico. Isso significa afirmar que, mesmo diante de um “capital simbólico” bem demarcado no contexto sociopolítico da sociedade brasileira, o conceito de cidadania guarda ambivalências que só o exercício de uma análise crítica e criteriosa pode explicitar e revelar.

Para além dessa breve reflexão, que exigiria muito mais do que apenas algumas páginas para estabelecer as bases de um profundo debate conceitual sobre cidadania, os processos e as práticas sociais,

A representação iconográfica da cidadania na história política do Brasil no final do século XX

na sua dialética em relação aos direitos e deveres, ou seja, fazer cumprir o que está estabelecido e/ou procurar ampliar aquilo que cada grupo social em particular acredita deva ser compreendido como direito ou dever ainda não previsto, será a delimitação do que tomaremos como o conceito de cidadania para as nossas análises. De maneira concisa, consideraremos cidadania como o conjunto de processos e práticas sociais que atuam na perspectiva de atendimento das condições preconizadas pelo Estado de Direito, no que se refere a direitos e deveres do indivíduo, em toda a precariedade que possa ser admitida por situar-se na ordem e na órbita da sociedade capitalista.

O DISCURSO DA CIDADANIA NA HISTÓRIA POLÍTICA BRASILEIRA NO FINAL DO SÉCULO XX

Considerando a cidadania como termo que expressa processos e práticas sociais relacionados à dialética dos direitos e deveres constituídos por uma determinada sociedade, é necessário que conheçamos minimamente as condições econômicas e sociopolíticas de tal sociedade para verificarmos como o discurso da cidadania se estabeleceu. Neste trabalho, em especial, tomamos como delimitação histórica a última década do século XX no Brasil, que marcou a consolidação do processo de redemocratização do país, após um longo período de ditadura civil-militar e um breve período de “transição democrática”¹

A década de 1990 marcou uma mudança importante na arena política brasileira. A partir da reconquista do direito ao voto para presidente da República, com as eleições de 1989, reconhecemos que a sociedade brasileira passou a operar sob outros patamares; no entanto, também acreditamos que isso não representou uma ruptura com o processo sociopolítico desde a implantação da ditadura civil-militar (poderíamos até dizer, desde a proclamação da República, mas talvez caracterizasse um exagero e poderíamos produzir alguns equívocos), qual seja, de controle político e ideológico das elites dominantes sobre as classes subalternas.

Apesar de reconhecer uma permanência histórica na condução política do país, pudemos verificar uma alteração significativa na forma como se estabeleceu tal dominação. As frações da classe burguesa no exercício do poder político mostraram-se dispostas a patrocinar o ingresso do Brasil na ordem da mundialização do capital (Chesnais, 1996). Nesse sentido, a implantação do modelo neoliberal para a condução da economia e da sociedade se fazia premente e, de fato, o neoliberalismo foi assumido como

1. As expressões “ditadura civil-militar” e “transição democrática” são alvos de muitas polêmicas e divergências conceituais. No primeiro caso, a historiografia brasileira tem revisado seus parâmetros e aprofundado sua compreensão de que não se tratou apenas de uma ditadura militar, mas sim de uma ditadura civil-militar. Dentre vários coletivos de pesquisadores, destacamos o Núcleo de Estudos Contemporâneos (NEC) da Universidade Federal Fluminense (UFF) como um dos espaços acadêmicos que vem contribuindo significativamente para essa “nova” compreensão da história brasileira. Quanto à segunda expressão, há muitas divergências quanto ao fato de termos efetivamente experienciado uma transição democrática; Florestan Fernandes é um dos mais críticos a essa questão e defende que o período da Nova República não passou de um prolongamento da ditadura, tendo nascido “de seu ventre e foi batizada em sua pia batismal” (Fernandes, 1986, p. 20). René Dreifuss (1989) também oferece uma contundente análise crítica a respeito do que representou a suposta “transição democrática”.

modelo teórico/prático para enquadrar a realidade brasileira aos desígnios da incorporação do Brasil à “globalização” (Miani, 2005).

A adesão às premissas do neoliberalismo, oportunizando assim a integração do Brasil ao contexto da mundialização do capital, não pode ser pensada nem compreendida sem reconhecer e analisar o importante papel desempenhado pelos governantes que conduziram os rumos políticos do país durante toda a década de 1990. Fernando Collor de Mello, com seu discurso de “modernização” e suas medidas radicais de abertura econômica do mercado brasileiro ao capitalismo internacional; Itamar Franco, com sua inoperância política, mas sua bem-sucedida capitalização do Plano Real e da assunção da figura de Fernando Henrique Cardoso (FHC); e o próprio FHC, como o mais neoliberal dos governos, atendendo plenamente e prontamente os interesses do capital financeiro. A respeito da natureza política dos governos brasileiros na década de 1990, Armando Boito Jr. sintetiza:

Os governos brasileiros dos anos 90 têm sido governos neoliberais: um, o de Fernando Collor, aventureiro, outro, o de Fernando Henrique Cardoso, consciente e conseqüente na implantação do programa neoliberal. Esse último está completando e radicalizando o trabalho iniciado por aquele (Boito Jr., 1999, p. 232).

No que se refere à cidadania, a década de 1990 também foi decisiva para o estabelecimento de um discurso da cidadania. O fim da Guerra Fria, com a falência política das experiências socialistas do leste europeu e, em especial da União Soviética, fez emergir um discurso universal de supremacia inquestionável do capitalismo² e, ao mesmo tempo, um movimento de instauração de um “pensamento único” (Santos, 2000) a respeito da sociedade e da história.

No vácuo de um projeto societário que pudesse aglutinar as forças políticas anticapitalistas, o discurso da cidadania, por fazer referência à luta por direitos e por liberdades, acabou ressurgindo com muita força e se estabeleceu como força motriz, inclusive, de setores progressistas e de esquerda da sociedade brasileira.

Um dos momentos de consolidação da cidadania como “horizonte político” se deu com a realização da Conferência Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO 92), em 1992, no Rio de Janeiro. O referido evento projetou de maneira ímpar a emergência da defesa do meio ambiente como tarefa urgente da humanidade, convertida em uma demanda típica da cidadania, e, em certa medida, unificou as bandeiras de lutas de grupos sociais que, historicamente, defendiam interesses políticos distintos entre si.

Já cravada no léxico cotidiano da sociedade brasileira, a palavra “cidadania” passou a compor o universo discursivo dos mais diversos grupos sociais. Ao longo de toda a década de 1990 cada um dos governantes no exercício no poder político, segundo seus pressupostos programáticos, proporcionou “avanços” na ordem dos direitos e deveres dos cidadãos na sociedade, a partir da correlação de forças estabelecida em cada um dos momentos históricos. Nesse sentido, as bases políticas da cidadania foram se constituindo e se definindo de acordo com o que a sociedade era capaz de conquistar.

² O exemplo mais marcante foi a tese do “fim da história” desenvolvida pelo economista político estadunidense Francis Fukuyama (1992). Ele foi um dos principais ideólogos do governo Ronald Reagan e defendia que o capitalismo e a democracia burguesa teriam triunfado sobre todos os demais sistemas políticos e que a democracia liberal ocidental teria atingido o ponto máximo de evolução da história da humanidade.

A representação das lutas por cidadania por meio da charge

Apesar de toda a demarcação político-ideológica apresentada em torno do tema em questão, a opção estratégica pelo conceito de cidadania utilizado para a realização de nossas análises leva em conta o reconhecimento de que o sentido hegemônico prevaleceu na maioria dos processos da produção iconográfica a ser analisada, além do que já admitimos que consideramos importante as lutas por cidadania, mesmo que limitadas à expressão (precária) dos direitos e deveres preconizados pelo Estado de Direito.

Nessa perspectiva, porém voltando suas atenções particularmente para o pólo dos direitos, José Murilo de Carvalho apresenta um detalhamento bastante útil e consistente sobre o que representou a cidadania no Brasil desde a independência do país. O autor inicia demarcando as dimensões de atuação da cidadania e qualifica os tipos de cidadão em função de sua relação com o atendimento dos respectivos direitos; afirma o autor:

Tornou-se costume desdobrar a cidadania em direitos civis, políticos e sociais. O cidadão pleno seria aquele que fosse titular dos três direitos. Cidadãos incompletos seriam os que possuísem apenas alguns dos direitos. Os que não se beneficiassem de nenhum dos direitos seriam não-cidadãos (Carvalho, 2001, p. 9).

Não pretendemos nesse momento entrar em polêmica com a tipologia apresentada por Carvalho; preferimos admitir que, quaisquer que sejam os níveis de atendimento dos direitos de cada indivíduo em cada uma das dimensões apresentadas, a cidadania será sempre precária, pois, como já afirmamos, a cidadania apresenta limites intrínsecos pela sua condição de fenômeno inerente ao metabolismo da sociedade capitalista. A contribuição de Carvalho que nos interessa está na demarcação das dimensões dos direitos que conformam a cidadania.

A partir dessa demarcação, selecionamos dois temas para a realização de nossas análises. No que se refere aos direitos políticos, vamos analisar a representação iconográfica do processo de impeachment do então presidente Fernando Collor de Mello, que talvez tenha representado na história política brasileira um dos momentos mais importantes da luta por cidadania no país. Quanto aos direitos sociais, o tema do salário mínimo teve forte presença no cenário político da década de 1990, por ser expressão de uma das principais bandeiras de luta dos trabalhadores em relação aos seus interesses corporativos.

Porém, antes de seguirmos com as análises, vale ressaltar que consideramos que o uso das mais diversas estratégias comunicativas (com destaque, em nossas pesquisas, para as charges) é de grande relevância para a configuração da cidadania (sem perder de vista sua natureza “precária”). Nesse sentido, é possível considerar aquilo que alguns autores definem como “cidadania comunicativa”.

Tomando por base os nossos propósitos e os limites desse artigo, optamos por reproduzir uma reflexão apresentada por Cristóvão Domingos de Almeida, Joel Felipe Guindani e Valdir Jose Morigi que, a partir das contribuições de Maria Cristina Mata (2006), oferecem uma boa sistematização a respeito do

referido conceito e que nos parece bastante pertinente para nossas

NOSSAS REFLEXÕES



Acidania comunicativa deve ser compreendida como o reconhecimento da capacidade de ser sujeito de direito, de demanda e de decisões no terreno da comunicação, bem como a prática desses direitos. Este conceito é resultado da reflexão entre comunicação dos silenciados, dos sem voz, que teve início na década de 1960 e a democracia social. A cidadania comunicativa não rompe com a constituição dos direitos civis, como a liberdade de expressão, direitos políticos, como as formas de participação dos cidadãos e direitos sociais, como direito à informação, educação, ao acesso ao conhecimento. No entanto, reflete sobre a capacidade desses direitos, já conquistados, serem ampliados com a adesão de novas vozes cidadãs. Isso requer qualificação nos debates e reorganização das próprias agendas públicas. Ou seja, implica no desenvolvimento de práticas tendentes a garantir os direitos no espaço específico da comunicação (Almeida; Guindani; Morigi, 2010, p. 4-5);

Considerando, ainda, que a “cidadania comunicativa adquire um sentido político, de estratégia e de ação política” (Almeida; Guindani; Morigi, 2010, p. 5), ela promove uma contribuição importante para que as conquistas de cidadania possam atingir o máximo de sua (limitada) potencialidade, principalmente, nos processos comunicativos derivados dos movimentos sociais ou organizações políticas.

O impeachment de Collor: momento ímpar na história política brasileira

O governo de Fernando Collor de Mello, primeiro presidente eleito pelo voto direto, em 1989, após uma ditadura civil-militar que destituiu o povo brasileiro do direito de votar ao cargo máximo do Executivo por quase 30 anos, teve vida curta. Depois de dois anos conduzindo os rumos do país sob a égide do discurso da modernização, as ações realizadas pelo governo Collor, em especial na área da Economia, bem como os escândalos que envolveram o seu governo, acabaram convergindo para uma “crise de governabilidade”.

O processo identificado como “crise de governabilidade”, que começava a revelar as inconsistências estruturais do comportamento político de Fernando Collor, principalmente, pela contradição entre seu discurso messiânico e as condições objetivas da sociedade, bem como os sinais da nocividade do seu projeto neoliberal em franca implantação, resultou numa intensa disputa política e institucional pelo afastamento do então presidente. Pela lógica da institucionalidade, tratou-se do processo de impeachment. Esse episódio foi fartamente retratado pelos jornais da imprensa burguesa e também da imprensa popular e alternativa.

Durante o mês de setembro de 1992, ápice do desdobramento do processo de impeachment, o jornal “O Globo” publicou inúmeras charges sobre o tema, principalmente, pelos traços do chargista Chico Caruso.

A representação iconográfica da cidadania na história política do Brasil no final do século XX



Figura 1 – Impeachment de Collor
Fonte: 20 anos Chico O Globo, 2004, p. 83

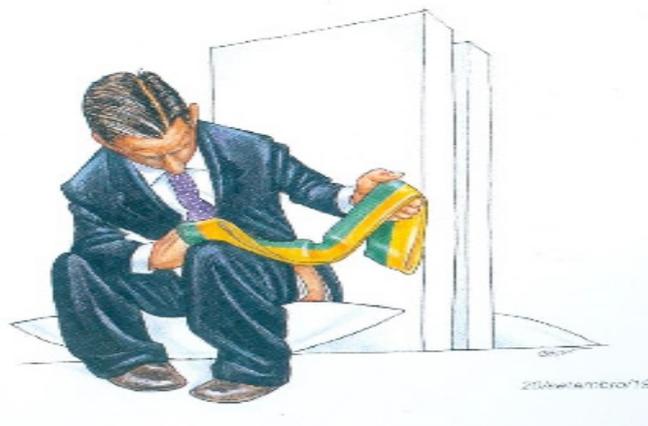


Figura 2 – Impeachment de Collor
Fonte: 20 anos Chico O Globo, 2004, p. 83



Figura 3 – Impeachment de Collor
Fonte: 20 anos Chico O Globo, 2004, p. 83

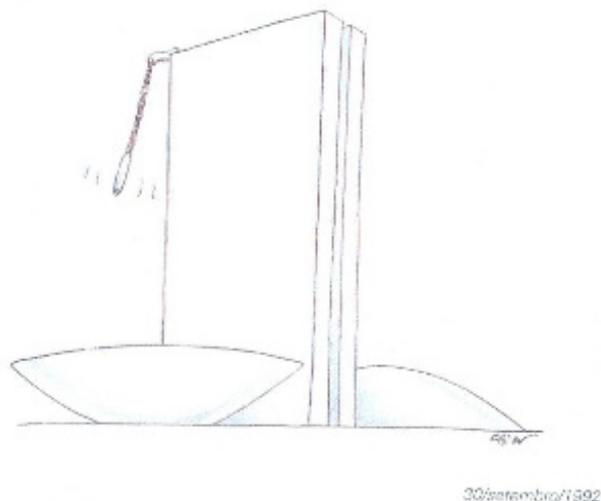


Figura 4 – Impeachment de Collor
Fonte: 20 anos Chico O Globo, 2004, p. 83

As charges selecionadas acima foram publicadas, respectivamente, nos dias 19/09/1992 (**Figura 1**), 20/09/1992 (**Figura 2**), 29/09/1992 (**Figura 3**) e 30/09/1992 (**Figura 4**) no jornal "O Globo"³ e compõem uma sequência narrativa para representar a decadência de Fernando Collor com o processo do impeachment. Dias antes da publicação da primeira charge, o então presidente, em um jantar na casa de um deputado aliado, se referiu aos congressistas que não lhe manifestavam apoio como "cagões". Esse episódio inspirou a sequência de charges que representou explicitamente que seria ele, Collor, na opinião do chargista e avalizado pelo jornal, como "a merda".

Uma das características inerentes da charge é a sua natureza intertextual (Miani, 2005) e aqui a intertextualidade se expressa de maneira plena. A compreensão do sentido produzido depende de um diálogo entre cada uma das imagens. O humor, outro elemento constitutivo da charge, também se materializa não só no fato de que a situação é potencializadora do riso, mas, principalmente, pela subversão que se opera ao retratar uma personalidade pública - supostamente merecedora de respeito - de forma desqualificadora.

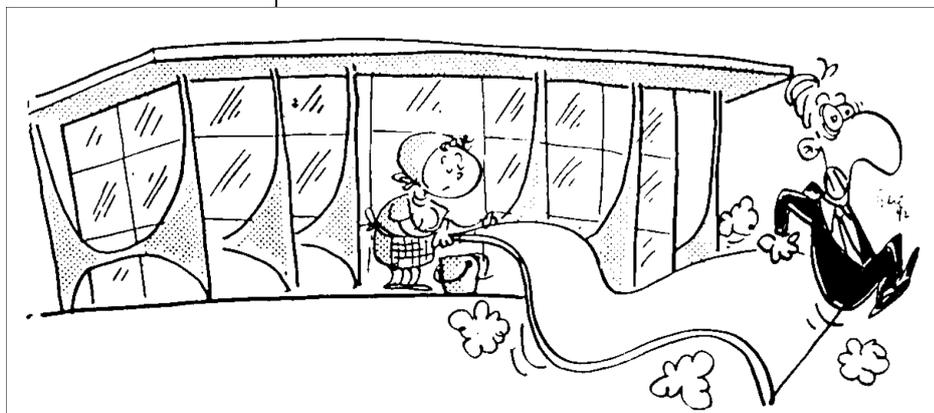
Podemos afirmar que todos os veículos da imprensa burguesa, de uma forma ou de outra, pautaram o impeachment e a grande maioria utilizou recursos iconográficos para comentar ou opinar sobre a questão. Porém, essa mesma prática também pode ser verificada na grande maioria dos veículos da imprensa popular e alternativa, em especial na imprensa sindical.

A imprensa sindical foi particularmente rica na retratação desse momento, até como forma de catarse e de desforra por todas as atrocidades e prejuízos cometidos pelo governo Collor contra os trabalhadores.



Figura 5 – Impeachment de Collor
Fonte: Tribuna Metalúrgica, n. 2112, 1992, p. 2

Figura 6 – Impeachment de Collor
Fonte: Tribuna Metalúrgica, n. 2150, 1992, p. 1



³ As charges acima foram publicadas no jornal "O Globo" nas datas referenciadas, porém o acesso que tivemos às imagens foi por meio da coletânea "20 anos Chico O Globo" que reuniu charges produzidas por Chico Caruso entre os anos de 1984 e 2004.

A “Tribuna Metalúrgica”, publicação oficial do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, na edição de 01/07/1992, publicou uma charge produzida pelo chargista Pecê (Figura 5) que procurou retratar a natureza contraditória de todas as afirmações feitas por Collor em sua defesa no processo de impeachment. O então presidente alegava que estava sendo vítima de calúnias e que elas não iriam lhe abalar, mas tais esbravejamentos não condiziam com sua real condição que era de “fragilidade”, em razão de sua culpabilidade flagrante. Conforme se pode observar na charge, ao projetar sua mão cerrada em direção à mesa numa clara manifestação de autoritarismo e arrogância, representando a postura adotada por Collor nas declarações públicas que fazia em sua própria defesa, o estilhaçamento de sua imagem, resultante do impacto produzido pelo soco na mesa, indicava a natureza contraditória de suas declarações.

Quanto à outra imagem (Figura 6), também publicada na “Tribuna Metalúrgica”, na edição de 30/09/1992, o espírito jocoso, bem ao gosto dos chargistas, é nítido. Com a decisão da Câmara dos Deputados de dar autorização para o Senado julgar o presidente da República e selar o afastamento definitivo de Collor de seu cargo, a charge de Pecê se antecipou aos fatos e despejou Fernando Collor de Mello do Palácio do Planalto. A rampa de entrada do prédio se transformou em tapete e o então presidente foi sacudido por uma faxineira e jogado para fora junto com a sujeira.

A relação que fazemos dessas charges com a questão da cidadania está, antes de tudo, no próprio episódio. Uma sociedade “acostumada” à obediência e à passividade, em razão da violência praticada pela ditadura civil-militar contra todos aqueles que se manifestavam contra o governo⁴, tomou coragem e fez prevalecer o direito de opinião e de mobilização. Com o impeachment, uma situação inédita na realidade brasileira se tornou realidade e a população (por meio de seus representantes no Congresso Nacional) levaram a cabo o direito de destituir um governante de seu mandato. A cidadania política se fortaleceu e o episódio

O impedimento foi sem dúvida uma vitória cívica importante. Na história do Brasil e da América Latina, a regra para afastar presidentes indesejados tem sido revoluções e golpes de Estado. [...] O fato de ele [impeachment] ter sido completado dentro da lei foi um avanço na prática democrática. Deu aos cidadãos a sensação inédita de que poderiam exercer algum controle sobre os governantes (Carvalho, 2001, p. 205).

Sobre a perspectiva de análise do episódio, podemos observar que as charges publicadas em jornais da imprensa burguesa focaram a questão na figura do então presidente, explorando uma situação de desqualificação autorreferencial. Já as charges publicadas na imprensa sindical procuraram estabelecer críticas mais contundentes ao comportamento pessoal e às relações políticas do episódio com o próprio movimento de mobilização dos trabalhadores - por exemplo, é a faxineira que expulsa Collor do Palácio do Planalto.

De modo geral, a cidadania na ótica da imprensa burguesa explora o direito à liberdade de expressão e na ótica da imprensa popular e alternativa as conquistas políticas da classe trabalhadora.

⁴ É necessário ressaltar que reconhecemos a existência de importantes focos de resistência contra os governos ditatoriais, tanto em termos de ações políticas quanto de práticas comunicativas; nesse último caso, destacamos as publicações da chamada “imprensa alternativa”.

Salário mínimo: expressão econômica de uma luta social

Desde que foi instituído em meados da década de 1930⁵, o salário mínimo é uma das referências para verificar o grau de desigualdade e, conseqüentemente, de miserabilidade na sociedade brasileira. Nas primeiras décadas de vigência, até que o poder de compra do salário mínimo se manteve relativamente satisfatório, mas a partir da década de 1960 as políticas de reajuste foram proporcionando perdas reais que se agravaram significativamente nas últimas décadas, em razão do crescimento da inflação e do impacto dos planos econômicos de estabilização. A esse respeito afirma Márcio Pochmann:

A partir do regime militar (1964-1985), o salário mínimo regrediu em seu valor real, o que o impossibilitou de satisfazer o conjunto de necessidades básicas do trabalhador e sua família, conforme estabelece a legislação geral do mínimo nacional. Mesmo com a retomada do regime democrático, não obstante os avanços consagrados pela Constituição Federal de 1988, o valor do mínimo nacional não conseguiu recuperar as perdas acumuladas ao longo do regime autoritário. [...] No período entre 1980 e 2003, constata-se que a parcela salarial foi drasticamente reduzida no Brasil, passando a uma participação relativa de 50% da renda nacional para quase 35%. [...] O decréscimo relativo da parcela salarial na renda nacional não deixou de ser conseqüência direta da baixa expansão real do conjunto dos rendimentos do trabalho. Em especial, o salário mínimo terminou por contribuir decisivamente para a ridícula expansão do rendimento do trabalho, uma vez que registrou, no mesmo período de tempo, uma perda estimada de 55% do seu poder aquisitivo (Pochmann, 2005, p. 138-139).

Diante dessa realidade, o tema do salário mínimo esteve presente nos debates nacionais pelo menos uma vez por ano, no período de seu reajuste. Durante a década de 1990, a “grande” bandeira alçada pelos governos (e ridicularizada pelas organizações de classe dos trabalhadores pela sua relativa insignificância) era fazer com que o salário mínimo atingisse o patamar de cem dólares. Além de se apresentar como uma meta insuficiente, os governos em exercício só conseguiram atingir tal objetivo nos anos de 1996, 1997 e 1998; em todos os demais anos o salário mínimo sequer atingiu o valor equivalente a cem dólares. Essa situação foi retratada pela imprensa brasileira, por meio das charges, em vários momentos.

Abaixo, apresentamos duas imagens que circularam em jornais da imprensa burguesa fazendo menção à problemática do valor real ou do valor do aumento do salário mínimo.

⁵ A Lei nº 185 de janeiro de 1936 e o Decreto-Lei nº 399 de abril de 1938 regulamentaram a instituição do salário mínimo, e o Decreto-Lei nº 2162 de 1º de maio de 1940 fixou os valores do salário mínimo.



Figura 7 – Salário mínimo

Fonte: Era uma vez FH, 2002, p. 15



Figura 8 – Salário mínimo

Fonte: Fatores de risco, 1998, p. 73

A charge produzida por Chico Caruso em abril de 1995 para o jornal "O Globo" (Figura 7) traz a imagem de FHC dentro de uma televisão, fazendo menção ao anúncio do salário mínimo no valor de cem reais. As estrelas que saem do corpo de FHC são representações gráficas para indicar que as negociações foram doloridas, porque as organizações dos trabalhadores reivindicavam um valor muito maior do que o anunciado.

A outra charge apresentada (Figura 8), produzida por Erthal em abril de 1998, também para o jornal "O Globo", faz referência ao valor do aumento do salário mínimo que havia passado de R\$ 120,00 para R\$ 130,00. A imagem é um deboche em relação ao ínfimo valor do reajuste; a expressão "esse aumento do salário mínimo foi nota dez!!" é uma clara referência aos dez reais que foram concedidos de aumento. Outro detalhe, próprio das estratégias de humor, é que o nome que aparece no dinheiro não é real e sim "paus", pois é assim que, popularmente, muitos brasileiros fazem referência à nossa moeda.

Para encerrar nossas análises, apresentamos duas imagens sobre o tema do salário mínimo que foram publicadas em jornais da imprensa sindical. A primeira imagem é uma produção do chargista Bira, que ilustra para a imprensa sindical desde o início da década de 1980, e que também tematizou o salário mínimo em algumas de suas charges. A outra charge foi produzida pelo chargista Cido para o Sindicato dos Trabalhadores da Construção e do Mobiliário de Itapevi/SP.



Figura 9 – Salário mínimo

Fonte: <chargesbira.blogspot.com>

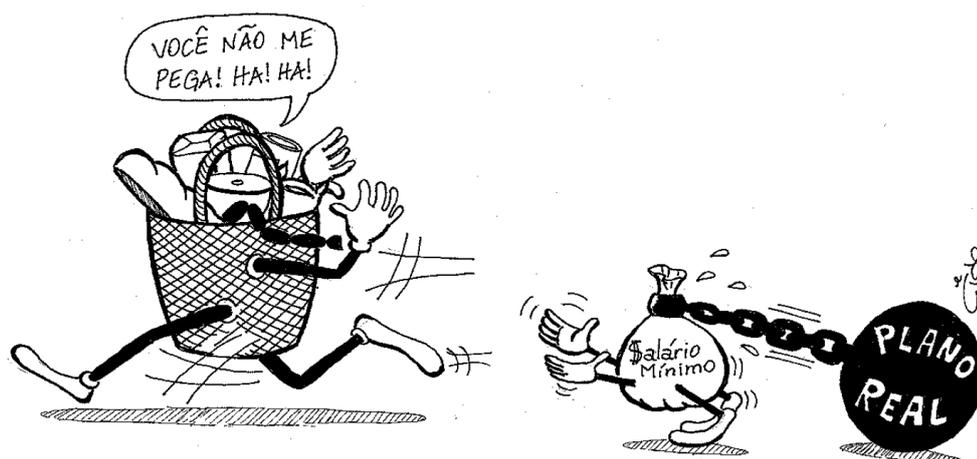


Figura 10 – Salário mínimo

Fonte: Arquivo Sindicato dos Trabalhadores na Construção e Mobiliário de Itapevi/SP

A charge do Bira (Figura 9) apresenta uma crítica ao que representa o salário mínimo. Ao retratar FHC olhando para a sola de seu sapato e afirmando “Xi... pisei num salário mínimo”, a intenção foi relacionar o salário mínimo à “merda”, pois é justamente esse tipo de reação que temos quando este incidente acontece conosco. Já a imagem produzida por Cido (Figura 10) faz referência à insuficiência do salário mínimo para comprar os alimentos da cesta básica necessários para o sustento de uma família; nesse caso, a crítica se estende ao Plano Real, pois há uma insinuação de que o salário mínimo não consegue ir adiante (ter um poder de compra satisfatório), porque está “preso” ao Plano Real, ou seja, limitado por suas políticas.

Enfim, o tema do salário mínimo sempre esteve pautado pelos jornais da imprensa sindical. A defesa de um salário mínimo que atenda aos preceitos da Constituição Federal é argumento recorrente nas reivindicações das organizações de classe quando o assunto entra em debate na sociedade. A diferença em relação à abordagem iconográfica do tema pela imprensa burguesa é que, também nesse caso, o contexto geralmente se relaciona a situações concretas da população, em geral, e dos trabalhadores, em particular.

O tema do salário mínimo também foi selecionado para apresentarmos nossas análises porque está diretamente associado ao contexto dos direitos sociais e, portanto, da cidadania social. Numa sociedade capitalista, em que as relações sociais de produção são estabelecidas pelo assalariamento, a definição do patamar mínimo de qualquer relação de trabalho é condição fundamental para a garantia dos mais diversos direitos sociais, bem como é o retrato da capacidade de conquista de um determinado povo.

Considerações finais

A charge do Bira (Figura 9) apresenta uma crítica ao que representa o salário mínimo. Ao retratar FHC olhando para a sola de seu sapato e afirmando “Xi... pisei num salário mínimo”, a intenção foi relacionar o salário mínimo à “merda”, pois é justamente esse tipo de reação que temos quando este incidente acontece conosco. Já a imagem produzida por Cido (Figura 10) faz referência à insuficiência do salário mínimo para comprar os alimentos da cesta básica necessários para o sustento de uma família; nesse caso, a crítica se estende ao Plano Real, pois há uma insinuação de que o salário mínimo não consegue ir adiante (ter um

Pautar o tema da cidadania a partir da análise de charges, além de desvelar algumas marcas do discurso da cidadania que perpassa nossa sociedade - propósito aqui pretendido - poderia nos levar a outro caminho de análise complementar, que nos reservamos a apenas situá-lo nesse momento e colocá-lo como desafio a ser assumido em outra oportunidade. Trata-se de ampliar as reflexões a respeito da potência política das imagens.

No contexto da produção jornalística de modo geral, a presença da charge ocupa um lugar estratégico - principalmente, por sua ludicidade e pelo humor - oferecendo ao leitor, por meio de um "editorial gráfico", uma "síntese crítica" de um acontecimento ou de um momento político. Na imprensa burguesa o que se vê nas charges, predominantemente, é um reforço político-ideológico do pensamento hegemônico a respeito da questão retratada, enquanto na imprensa popular e alternativa o uso da charge é mais contundente em sua potencialidade contestadora e de resistência, voltada para mobilizar criticamente o seu leitor, ou seja, o trabalhador de uma determinada categoria (imprensa sindical) ou o sujeito político pertencente a algum setor das classes subalternas (imprensa dos movimentos populares).

É sabido que não devemos estabelecer uma relação causal entre o que a imagem apresenta com aquilo que a recepção apreende. No entanto, o poder crítico da imagem pode "contribuir de forma sutil para desenhar novas formas de articulação entre o dizível, o visível e o pensável" (Ramos, 2012, p. 102), potencializando, com isso, a capacidade de refletir criticamente sobre um determinado aspecto da conjuntura sociopolítica.

Em suas reflexões, Ângela Marques afirma que "a potência política de uma imagem é aquela que produz, a partir de seus próprios meios expressivos, uma recombinação de signos capaz de desestabilizar as evidências dos registros discursivos dominantes" (Marques, 2014, p. 70), questionando a ordem opressora implicada nos discursos. No caso da imprensa popular e alternativa, de maneira mais incisiva, em razão dos respectivos projetos político-editoriais voltados para o convencimento político e a mobilização de seus leitores, as charges, com seus enunciados críticos e humorísticos, podem potencializar mudanças de perspectivas pela inquietação produzida no leitor/sujeito na medida em que este se perceber afetado pelas situações retratadas.

Estes e outros apontamentos carecem de aprofundamento e, por isso, deverão ser objeto de futuras reflexões. Por ora, e diante do que aqui foi proposto, acreditamos que esse exercício de análise sobre a questão da cidadania e como ela pode ser identificada no contexto da história política brasileira, especialmente, por meio da representação chárstica, se constituiu em uma importante contribuição para os estudos interdisciplinares que reúnem a comunicação visual e a história.

Além disso, mergulhar numa reflexão sobre o tema da cidadania exige certo desprendimento e até coragem, pois a depender da veemência com que se apresentam certas críticas, pode soar como heresia. Por outro lado, a acriticidade é um risco sempre presente, pois o "capital simbólico" do termo é deveras poderoso e, às vezes, alienante.

Quanto às temáticas e as abordagens analíticas apresentadas, elas devem ser entendidas como escolhas e, nesse sentido, sempre abertas ao diálogo e a outras interpretações.

REFERÊNCIAS>>

- ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F.; MORIGI, V. J. A prática de cidadania comunicativa na experiência de rádio comunitária, 2010. Disponível em: < http://compos.com.puc-rio.br/media/gt4_cristovao_domingos_de_almeida_joel_felipe_guiindani_valdir_jose_morigi.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2017.
- BAKHTIN, M. Marxismo e filosofia da linguagem. 8.ed. São Paulo, Hucitec, 1997.
- BOITO JR., A. Política neoliberal e sindicalismo no Brasil. São Paulo: Xamã Editora, 1999.
- CARVALHO, J. M. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- CHESNAIS, F. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996.
- DREIFUSS, R. O jogo da direita. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989.
- FERNANDES, F. Nova República?. 3.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986.
- FUKUYAMA, F. O fim da história e o último homem. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- MARQUES, A. Política da imagem, subjetivação e cenas de dissenso. Discursos Fotográficos, Londrina, PR, v.10, n.17, p.61-86, jul./dez. 2014
- MATA, M. C. Comunicación y ciudadanía: problemas teórico-políticos de su articulación. Revista Fronteiras - estudos midiáticos. São Leopoldo, RS, v.VIII, n.1, p.5-15, jan./abr. 2006.
- MIANI, R. A. As transformações no mundo do trabalho na década de 1990: o olhar atento da charge na imprensa do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista. Assis: Unesp/Campus Assis, 2005. Tese (Doutorado em História) Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2005.
- POCHMANN, M. Ciclos do valor do salário mínimo e seus efeitos redistributivos no Brasil. In; BALTAR, P.; DEDECCA, C.; KREIN, J. D. Salário mínimo e desenvolvimento. Campinas, SP: Unicamp. IE, 2005, pp. 137-146.
- RAMOS, P. H. V. Rancière: a política das imagens. Princípios - revista de Filosofia, Natal, RN, v.19, n.32, p.95-107, jul./dez. 2012.
- SAES, D. A. M. Cidadania e capitalismo: uma crítica à concepção liberal de cidadania. Revista Crítica Marxista, n.16, São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, p. 9-38.
- SANTOS, M. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- TONET, I. Cidadão ou homem livre? Disponível em: <http://www.ivotonet.xpg.com.br/arquivos/cidadao_ou_homem_livre.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2012.